

Artigo recebido em:

16.12.2016

Aprovado em:

30.08.2017

Luan José Vaz Chagas

Graduado em Jornalismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PGJor) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Bolsista da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa no Rio de Janeiro (FAPERJ).

Estudos em Jornalismo e Mídia

Vol. 14 Nº 1

Janeiro a Junho de 2017

ISSNe 1984-6924

Entre fontes e jornalistas: interesses e disputas na cobertura do impeachment da presidenta Dilma Rousseff no radiojornalismo

Luan José Vaz Chagas

Resumo

O artigo realiza uma análise da cobertura do radiojornalismo sobre o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. A partir de um estudo exploratório do radiojornal *CBN Rio* na semana que antecedeu a votação no Senado, ao lado de entrevistas semi-estruturadas com jornalistas de diferentes emissoras que cobriram o acontecimento. O objetivo foi analisar a produção noticiosa no contexto sócio-histórico dos processos de impedimento de presidentes na América Latina. Desta forma, investiga-se a seleção das fontes e os argumentos com base nas quatro questões que possibilitaram impedimentos na América Latina durante as últimas décadas, segundo Perez-Liñan (2007): crise econômica, mobilizações populares, escândalos midiáticos e falta de apoio parlamentar. O estudo revela que as vozes ouvidas sobre o tema, amplamente oficiais, destacaram os quatro aspectos para além do objeto de investigação, e também um paradoxo nos estudos de jornalismo: mesmo no palco dos acontecimentos (o Congresso Nacional), a relação com as fontes via assessoria foi um dos pilares na seleção dos agentes.

Palavra-chave: Fontes. Radiojornalismo. Impeachment.

Abstract

The article analyzes the radiojournalism's coverage on the impeachment process of President Dilma Rousseff. Based on an exploratory study of *CBN Rio* radiojournal in the week before the Senate vote, along with semi-structured interviews with journalists from different stations covering the event, the objective was to analyze the news production in the socio-historical context of the processes of Impediment of presidents in Latin America. In this way, we investigate the selection of sources and arguments based on the four issues that made possible impediments in Latin America during the last decades, according to Perez-Liñan (2007): economic crisis, popular mobilizations, media scandals, and lack of parliamentary support. The study reveals that broadly heard voices on the subject have highlighted the four aspects beyond the object of investigation; And also a paradox in journalism studies: even on the stage of events (the National Congress), the relationship with the sources via advisory was one of the pillars in the selection of agents.

Keywords: Sources. Radiojournalism. Impeachment.

A cobertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff desde a abertura no dia 2 de dezembro de 2015 até a votação final no Senado Federal em 31 de agosto de 2016 foi marcada por intensas disputas. A seleção das fontes e suas interpretações sobre o acontecimento levaram a diversas reflexões em torno da ação parlamentar como um golpe do legislativo ou então a garantia da constitucionalidade pela presença das instituições durante as votações. Neste sentido, as disputas entre os agentes sociais envolvidos, como parlamentares, ministros do Supremo Tribunal Federal, especialistas e políticos são exemplos de como essas relações podem influenciar nas escolhas dos jornalistas ou gatekeepers na construção das notícias.

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa realizada na cobertura local da *CBN Rio* durante a semana que antecedeu a votação final, de 23 a 31 de agosto, ao lado de entrevistas semiestruturadas com cinco jornalistas de emissoras como a *CBN*, *BandNews* e *Bandeirantes* sobre a seleção e relação com as fontes nos dias do julgamento no Senado Federal. O objetivo é analisar a produção noticiosa no contexto sócio-histórico dos processos de impedimentos de presidentes na América Latina na última década. Para isso, utiliza-se o conceito de crise presidencial de Perez-Liñan (2007) e as quatro questões contextuais que possibilitaram a derrubada de presidentes nos países sul americanos: crise econômica, mobilizações populares, escândalos midiáticos e falta de apoio parlamentar.

A hipótese é de que no caso da cobertura do impeachment em 2016, a seleção das fontes teve um processo específico no radiojornalismo com construções de sentido nos quatro aspectos apontados pelo autor. Desta forma, as vozes selecionadas pela mídia não construíram somente as noções de escândalo, como afirma Perez-Liñan (2007), mas atuaram também nas outras questões, foram encaixados em temas específicos, fugindo do debate central em torno das

pedaladas fiscais como crime de responsabilidade. Assim, a origem das notícias e a construção delas na interpretação dos acontecimentos pelas fontes (AL-SINA, 2009) se torna objeto central das investigações sobre as formas de seleção e relação com os agentes sociais no radiojornalismo.

O impeachment e as crises presidenciais na América Latina

Nas últimas duas décadas, a América Latina viu surgir um novo padrão de instabilidade política e a derrubada de presidentes com processos de impeachment ou renúncias após crises sucessivas em diversos países. Após anos em ditaduras que restringiram liberdades individuais, perseguiram agentes políticos e torturaram em porões policiais, na redemocratização a nova arma para resolver conflitos se constitui no impeachment. Neste sentido, as ações estiveram presentes contra presidentes do Brasil, Equador, Venezuela, Paraguai, Colômbia e provocaram renúncias na Argentina e Guatemala.

Em todos os casos, as crises de governo não representaram alterações no regime, que continuou presidencialista. Argentino radicado nos Estados Unidos, Aníbal Perez-Liñan (2007) apresenta um mapa destes processos e estratégias adotadas em cada país, chegando à conclusão de que quatro questões contextuais provocaram as quedas de presidentes: situação de crise econômica, falta de apoio parlamentar, escândalos midiáticos e manifestações de rua. Com a garantia de liberdades fundamentais na redemocratização, a estratégia militar deixou de ser a via preferencial para a resolução dos conflitos ideológicos e governamentais.

O impedimento de um presidente continuar o seu governo transforma o sucesso político de chegada ao principal cargo de um país com regime presidencialista em um modelo de defeito (PEREZ-LIÑAN, 2007). O novo padrão de instabilidade presidencial tem como premissa o rompimento com um passado envolvido pelo fantasma dos golpes

militares e surgem os conflitos entre o legislativo e o executivo. Para o autor, o conceito de crises presidenciais explica questões como o conflito com as bases parlamentares que enxergam no impeachment uma arma institucional contra os chefes do executivo.

Nos seis casos de impeachment analisados por Perez-Liñan (2007), decisões econômicas neoliberais dentro de um contexto de crise; os escândalos envolvendo altos cargos do escalão; a falta de habilidade do presidente em articular um escudo legislativo; e manifestações de rua de âmbito nacional apareceram como marcas que levaram à derrubada ou renúncia dos presidentes. Fernando Collor de Mello, em 1992, é o primeiro caso de renúncia com a instalação do juízo político anunciada após o Plano Collor e o congelamento da poupança, a revelação do caso PC Farias pelo próprio irmão Pedro Collor, o isolamento na Câmara dos Deputados com uma base parlamentar pequena composta pelo PRN, PTB e PFL (hoje DEM) e as ruas tomadas pelos “cara pintadas”.

Esse contexto também foi preponderante para a queda de Carlos Andrés Perez na Venezuela, em 1993. A inflação em alta, uma das primeiras manifestações anti-neoliberais do mundo, conhecida como Caracazo, que deixou 300 mortos e centenas de feridos, os casos de corrupção envolvendo o ministro dos Transportes e as ausências de aliados no Senado proporcionaram a votação pelo impeachment. Os processos foram instaurados da mesma forma, como coloca Perez-Liñan (2007), na Colômbia contra Ernesto Samper em 1996 (que conseguiu apoio no parlamento e foi absolvido), Equador contra Abdalá Bucaram em 1997 (julgado louco e incapaz de exercer o mandato), Paraguai em 1999 contra Raúl Cubas Grau e em 2002 contra Luis González Macchi. Em 2001, o presidente Fernando De La Rúa, na Argentina, renunciou após rumores e ameaças de instalação de um processo no legislativo.

Em todos os casos, o isolamento das elites políticas locais, erros sucessivos na política econômica, escândalos

com pessoas próximas, da família ou assessores do alto escalão foram fatores que atingiram diretamente a imagem do presidente. Os estudos do autor argentino ainda não abordam os casos do presidente Fernando Lugo, em 2012, no Paraguai, nem da presidenta Dilma, objeto de nossa análise. Para chegar a isso, Perez-Liñan (2007) aponta o declínio das intervenções militares como fator chave para um novo padrão de crises presidenciais que envolvem episódios com níveis extremos de conflito. A falta de habilidade em formar um escudo no legislativo surge como um fator decorrente do momento de crise econômica e de popularidade com a pressão das ruas sobre os congressos.

Para clarear diferenças entre os golpes de Estado vivenciados na América Latina entre 1950 e 2004, o autor enumera seis tipos de crises presidenciais que acarretaram em mudanças no comando dos países: a) golpes legislativos: congresso dá suporte como uma conspiração; b) auto golpe: o presidente decreta o fechamento do Congresso; c) regimes ditatoriais curtos: militares assumem o poder até que o povo retome a democracia; d) regimes ditatoriais longos: exemplo da ditadura no Brasil, de 1964 a 1985; e) presidente deposto: como aconteceu no caso João Goulart em 1964; f) Congresso fechado: a partir do confronto entre facções internas que tornam insustentáveis discussões e votações; g) militares assumem o controle: como foi no caso do Estado Novo, envolvendo civis e altas patentes do campo militar.

Desta forma, Perez-Liñan (2000) provoca questionamentos na distinção entre fatores que proporcionam um juízo político ou um cenário golpista do legislativo, na busca de derrubar presidentes impopulares e solucionar crises políticas. A existência de um crime de responsabilidade, um delito e a organização de argumentos judiciais que provam a sua existência é o que difere a constitucionalidade dos eventos e a articulação golpista. A busca para entender essas relações é direcionada para os argumentos políticos das fontes utilizadas durante a cober-

tura jornalística do impeachment.

As relações entre a comunicação e a política, estruturam-se no conceito do autor, no comportamento estratégico da mídia e a divulgação dos escândalos durante o processo no legislativo. A combinação entre democracia, o desenvolvimento dos meios de comunicação com mídias corporativas e a profissionalização das relações com a mídia tornaram o escândalo uma arma política (PEREZ-LIÑAN, 2007). Em diversos momentos, os casos de corrupção envolvendo políticos, familiares ou membros dos gabinetes e ministérios do executivo se tornam acontecimentos noticiados em larga escala. Segundo dados apresentados pelo autor, de 1980 a 2004 foram 374 casos noticiados pela imprensa, com 254 deles envolvendo presidentes nos países onde o impeachment se consolidou.

Os fatores que levaram a isso podem ser trabalhados de quatro formas: políticos, econômicos, tecnológicos e profissionais. A ressurreição da sociedade civil organizada, de uma imprensa que o autor nomeia como independente do Estado, com condições para a liberdade de expressão e a prática de investigação ou o *murcracking* são questões que envolvem os fatores políticos no trabalho jornalístico. A falta de regulação midiática é defendida por Perez-Liñan (2007) como um dos fatores econômicos que resultam de políticas neoliberais oriundas das reformas econômicas e a administração da publicidade estatal em empresas privadas. Assim, as empresas constituem um poder financeiro que possibilita o confronto com os presidentes.

Nos fatores tecnológicos, a expansão da comunicação via satélite e o desenvolvimento da televisão geraram coberturas sofisticadas que tornaram o meio a principal fonte de informação na América Latina. Para o pesquisador, neste processo, o jornalismo foge das tradicionais fontes oficiais, e possui mais condições de investigar dados por conta própria. Neste ponto, o argumento se torna questionável ao pensar que os agentes do Estado e as hierarquias de

autoridade ainda compõem a base das informações noticiosas. Como pontuam Hall et al (1999), as fontes primárias continuam sendo os órgãos do Estado e em casos como o impeachment elas são, preponderantemente, objetos de discussão de deputados, ministros, senadores e juizes, como veremos na análise de dados. Algo que Miguel e Biroli (2010) também retratam no mundo da política, distante das opiniões do cidadão comum.

Os fatores profissionais envolvem a formação do jornalista e de comunidades interpretativas (ZELIZER, 2004), com a crença na objetividade e sua deslegitimação (SCHUDSON, 2010). Algo que também parte da postura agressiva que muitos profissionais cultuam na atuação de cães de guarda do poder, ou então na crença em se tornarem personagens como Carl Bernstein e Bob Woodward na cobertura do *Watergate*, que derrubou o presidente Richard Nixon. O *ethos murcracking* de investigação a todo custo se tornou uma filosofia para contestar o poder, ao lado do aumento do número de formados na área.

Por outro lado, dados recentes mostram as dicotomias do processo formativo. Países como o Brasil, Argentina, Estados Unidos, Espanha, França e Inglaterra já formam mais profissionais para atuarem a serviço das fontes em assessorias de imprensa e agências do que necessariamente no jornalismo tradicional (LUCHESE, 2016). Isso provoca questionamentos ao analisar os critérios de seletividade ao lado da ascensão de um jornalismo declaratório a partir de fontes cada vez mais profissionalizadas, como estão nos casos apontados pelo autor.

Na investigação sobre o impeachment brasileiro de 1992, Perez-Liñan (2007) demonstra que as fontes atuavam filtrando as informações para resolver conflitos internos. Assim, as informações repassadas possuíam uma ação direta na defesa de interesses partidários, não necessariamente ligados ao foco principal do impeachment, no caso de 1992 as transações do motorista da Fiat Elba de Collor, ou em 2016, nas peda-

ladas fiscais como crime de responsabilidade. A mídia, como ator político na cobertura, está envolvida na exposição dos escândalos com um comportamento estratégico composto pela habilidade de investigação e seleção de materiais de fontes específicas de informação.

Por fim, o novo padrão de instabilidade política, que tem seu surgimento nos anos 1990 na América Latina, é permeado por instâncias que cercam as possibilidades de manutenção do grupo no poder. Os casos apresentados são retratos de contextos não distantes de 2016, também cercado pelos efeitos da crise econômica, a debandada de grupos até então da base do Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional, o clima de escândalos rotineiros na imprensa com a cobertura da Operação Lava Jato e mobilizações da classe média nas principais capitais brasileiras com milhares de pessoas nas ruas. Questões relacionadas aos argumentos defendidos por Pérez-Liñan (2007) nos momentos de crise no presidencialismo na América Latina durante sua investigação.

A decadência dos oficiais militares interferindo nos assuntos políticos, o novo papel desempenhado pela mídia como “guardião da moralidade” e um momento econômico ruim fazem parte dos fatores que proporcionam instabilidade dos presidentes. A hipótese teórica neste processo é de que a mídia exerce um papel para além da divulgação dos escândalos em escala nacional. Ao contrário do contexto apresentado pelo autor, ainda relativo ao período dos anos 1990 a 2004, o desenvolvimento dos suportes de mídia, a ausência de processos de regulação e questões profissionais que envolvem a velocidade no trabalho jornalístico multitarefa alteram situações como a seletividade das fontes e a própria construção da notícia.

Fontes no radiojornalismo e seleção noticiosa

A cobertura política é uma esfera que envolve diversos agentes sociais, fontes selecionadas pelo jornalismo e

que implicam um reconhecimento direto daqueles que ditam os acontecimentos. Como afirmam Miguel e Biroli (2010), o mundo da política é um mundo de homens de gravata, ainda distante do cidadão comum, o que favorece um espaço de distinção e objeto de descrédito pelos desvios éticos que vêm à tona em momentos de crise. O papel que estes “homens de gravata” ou as vozes que possuem um acesso direto na promoção dos acontecimentos (MOLOTCH e LESTER, 1999) é o objeto central de nossa análise.

Para Rodrigo Alsina (2009), não existe uma leitura objetiva da realidade, pois os sujeitos conferem sentidos aos acontecimentos. Desta forma, estes são externos, mas ao mesmo tempo gerados pelos sujeitos a partir do momento que a percepção social é desempenhada em torno deles. O sistema midiático molda os fatos com a imposição de seus determinismos oriundos do ecossistema de construção da notícia, definida como produto da mediação da instituição comunicativa. Neste processo, as fontes estão condicionadas pelo tipo de acontecimento, o que no caso da política representa a capacidade de influenciar a informação e dar sentido a uma nova definição de realidade.

As relações entre jornalistas e fontes são marcadas por diversas ambiguidades, como a independência e o distanciamento, mas ao mesmo tempo uma cooperação no sentido de que um precisa do outro na coleta e publicação das informações. Segundo Rodrigo Alsina (2009), as interpretações do mundo real estão posicionadas nas vozes sociais selecionadas pelos jornalistas, o que permite encontrar nestes sujeitos a origem da construção de sentido e da mediação sobre determinados fatos (SILVERSTONE, 2002). A garantia da pluralidade e diversidade dos debates sociais depende da inserção de diferentes marcos interpretativos sobre os acontecimentos, para que assim as notícias ofereçam leituras amplas do mundo político (PORTO, 2007).

Em 2016 é praticamente consenso

que o processo político foi afetado pelas formas digitais de produção e circulação da informação. Ocorreram, no entanto, diferenças essenciais entre o poder das elites e suas fontes em produzir conteúdos e espalhar discursos pelas tecnologias (COLEMAN e FREELON, 2015). A variedade de canais de informação caminha ao lado de uma narrativa convencional sobre a política e não necessariamente contempla a diversidade social. Neste sentido, a inserção no mundo digital com a ampliação de formas de interação, com redes sociais e outros dispositivos não garantem por si só uma entrada diversa na esfera comunicacional.

O momento do um rádio expandido (KISCHINHEVSKY, 2016), que transmite informações não somente via ondas hertzianas, mas na TV por assinatura, redes sociais, dispositivos móveis e outras plataformas, também passa na atualidade pela diminuição no número de profissionais nas redações com o advento do jornalista sentado (NEVEU, 2006) e de fontes cada vez mais profissionalizadas (CHAPARRO, 1994). A desigualdade no acesso ao temário (Molotch e Lester *apud* TRAQUINA, 1999) e a hierarquia da credibilidade com a recorrência a fontes oficiais são questões que permanecem em meio à necessidade de uma agenda pública que compreenda a diversidade social. Reconhecendo o jornalismo como um espaço público dos conflitos, os anos 1990 e 2000 mostram as fontes como sujeitos institucionalizados, que se capacitam para produzir acontecimentos, gerar conteúdos e interferir na pauta jornalística, utilizando esse ambiente para agir e interagir no mundo.

Essa desigualdade de posições também pode ser encontrada nas classificações propostas por diversos autores das Teorias do Jornalismo. Pinto (2000) define estes agentes como pessoas, grupos, instituições, vestígios, falas, documentos, preparados, construídos ou não que recorrem aos jornalistas com táticas específicas. Lage (2001) organiza as fontes de natureza mais ou menos confiável: pessoais, institucionais, documentais ou então oficiais, oficiosas e

independentes, ou então primárias ou secundárias.

Schmitz (2011) as divide em oficiais, empresariais, institucionais, populares, notáveis, testemunhais, especializadas e de referência. O autor ainda propõe uma ação das fontes, que podem ser divididas em: a) proativa: nível de profissionalização e aprimoramento de ações estratégicas; b) ativa: agem ativamente criando canais de rotina, material de apoio aos jornalistas e têm regularidade no relacionamento com a mídia; c) passiva: quando não alteram sua natureza, no caso de fontes documentais ou de referência ou quando fornecem estritamente informações solicitadas; d) reativa: mantém uma posição inerte, desconfiada da imprensa ou age discretamente.

No caso do radiojornalismo, Ferraretto (2014) aborda a classificação em duas modalidades: internas e externas. Enquanto a primeira compreende os dados apurados por equipes de reportagem, enviados especiais, editores, correspondentes, tudo que seja oriundo de dentro da redação, as externas são assessorias de imprensa, agências de notícias, informantes e a internet. Por outro lado, o processo tecnológico e a emergência de fontes cada vez mais profissionalizadas, como destacam Shoemaker e Vos (2011), reforça a presença e a necessidade do processo de *gatekeeping* com um papel fundamental na seleção das fontes. Desta forma, a nosso ver, torna-se necessário ampliar o escopo de estudo e classificação das fontes no radiojornalismo para além de internas e externas, reconhecendo a profissionalização das instituições na área da comunicação e a inserção destes agentes no dia a dia da produção jornalística.

Nesse sentido, a figura do *gatekeeper* é central, com a necessidade de ser repensada ao longo das últimas décadas e organizada a pensar a notícia não apenas na descoberta e seleção pela mídia, mas também como parte de um complexo sistema que envolve as fontes de informação como produtora dos eventos e a transformação destes acontecimentos em mensagens jornalísticas (SHOEMAKER;

VOS, 2011). No caso do radiojornalismo, torna-se necessário problematizar o conceito com o foco na seleção das fontes, já que no local dos acontecimentos os jornalistas não passam pelos filtros da redação ao entrar ao vivo com vozes selecionadas pelo próprio profissional.

Para os autores, o *gatekeeping* enquanto processo de seleção e transformação dos acontecimentos em notícias, promovidos ou não pelas fontes, ganha um papel central no jornalismo produzido hoje. Para Shoemaker e Vos (2011, p.14), “os *gatekeepers* determinam aquilo que se torna a realidade social de uma pessoa, sua forma particular de ver o mundo”. E a rede noticiosa, composta de canais enquanto veículo noticioso, depende das fontes para a promoção e apuração das informações (TUCHMAN, 1983). Uma relação complexa que envolve o processo de *gatekeeping* principalmente ao considerar a afirmação de Traquina (2005, p. 190): “as fontes são quem são porque estão diretamente ligadas a setores decisivos da atividade política, econômica, social ou cultural”.

As ações de *gatematching* na curadoria ou seleção destas informações passaram dos blogs para os microblogs e notícias de um jornalismo colaborativo na internet (BRUNS; HIGHFIELD, 2015). Porém, para os autores isso não representa diretamente um processo de democratização e precisa ser analisado nas óticas da produção e no reconhecimento de que as fontes oficiais mantêm suas posições estratégicas também no conjunto de práticas na internet. O *gatematching* atuaria como selecionador, distribuidor, buscador de conteúdos, agregando e avaliando as plataformas de mídias sociais. Já Thurman (2015), olhando para o canal da audiência (SHOEMAKER; VOS, 2011), destaca as novas formas do *gatekeeper* em selecionar suas fontes e as alterações nas condições de produção, diferente das percepções tradicionais sobre essa função.

A organização dos conceitos sobre crises presidenciais e impeachment, ao lado das diferenças de ação entre as fontes no jornalismo permite olhar para

as formas com que os agentes filtram as informações para resolver disputas políticas (PEREZ-LIÑAN, 2007). A cobertura do processo no caso do radiojornalismo se sustenta em duas justificativas: a necessidade de estudos sobre a seletividade específica do jornalismo e a formalização de uma classificação das fontes que são utilizadas para conferir sentido sobre o acontecimento.

A cobertura na CBN Rio e a seleção das fontes pelos jornalistas

A análise realizada sobre a cobertura da *CBN Rio* na votação final do impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016 segue dois caminhos metodológicos. O primeiro apresenta dados de um estudo exploratório com uma análise de conteúdo sobre as fontes utilizadas nas temáticas políticas do noticiário local de 24 a 31 de agosto, semana que antecedeu a sessão do Senado que cassou o mandato da presidenta. A fim de explorar os quatro fatores apresentados por Perez-Liñan (2007) nos contextos das quedas presidenciais da América Latina na década de 1992 a 2004, o objetivo foi direcionar a ação argumentativa dos agentes sociais selecionados pelos jornalistas em cinco categorias: crise econômica, falta de apoio parlamentar, mobilizações nas ruas, escândalos midiáticos ou então sobre as pedaladas fiscais como objeto central do pedido de impedimento.

O segundo movimento metodológico é organizado a partir de entrevistas semi-estruturadas com cinco jornalistas que participaram da cobertura na última semana em três emissoras diferentes: a *CBN*, *BandNews* e *Bandeirantes*. O objetivo é explorar o espectro das opiniões dos profissionais sobre o momento da cobertura na seleção e relação com as fontes e de que forma usavam os argumentos para votar (GASKEL, 2002; DUARTE, 2006). Com isso é possível perceber como a mídia atuou não somente nos escândalos, como propõe Perez-Liñan (2007), mas também nas outras questões desenvolvidas ao longo do processo. É

possível também perceber a seletividade específica do radiojornalismo com os repórteres no local dos acontecimentos e as influências da profissionalização das fontes neste processo.

A Central Brasileira de Notícias (CBN) possui 25 anos e integra o Sistema Globo de Rádio com quatro emissoras próprias em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte, além de 27 afiliadas presentes em 20 estados mais o Distrito Federal. Segundo as métricas apresentadas pelo *Ibope Easy Media* no Mídia Kit da empresa¹, são 122.170 ouvintes por minuto nas quatro principais frequências grupo. Isso representa um número de 1,8 milhão ao longo de um mês, com um tempo médio de audiência de 2h. De maio a julho de 2016², o Ibope mapeou o registro de 1,5 milhão de usuários únicos por mês no site, 14,5 milhões de assinantes na TV paga, 1,2 milhões de downloads dos aplicativos e 8,2 milhões de downloads de podcasts. Os dados por si só justificam estudos sobre as especificidades do rádio expandido e as redações jornalísticas no momento da cobertura (KISCHINHEVSKY, 2016).

A semana de cobertura evidencia a participação do radiojornalismo na mediação sobre impeachment para além dos escândalos que proporcionam a queda de um presidente (PEREZ-LIÑAN, 2007). Como ressaltado na hipótese deste trabalho, a presença midiática se insere em outras questões, principalmente na voz das fontes selecionadas pelos jornalistas. Entre os argumentos de senadores, mas também de instituições como a Fe-

deração das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio), o Sindicato Patronal da Construção Civil em São Paulo ou até mesmo especialistas, o fator crise econômica foi abordado por 24% das fontes utilizadas. O primeiro aspecto, mais evidenciado pelos parlamentares, foi a ausência de governabilidade com uma possível absolvição, já que a falta de apoio parlamentar era um fator também para derrubar a presidente para 28% dos entrevistados.

Quanto a escândalos midiáticos, 19% das fontes falaram sobre o processo, entre senadores, especialistas em política, deputados, além de reportagens com o Ministério Público Federal sobre a Lava Jato evidenciaram o assunto durante a semana. As mobilizações de rua que aconteceram em março de 2016 estiveram em 16% dos sujeitos ouvidos considerando somente os atos que pediram o fim do mandato petista. E 23% das fontes abordaram diretamente a existência ou não do crime de responsabilidade, entre parlamentares, advogados de defesa e acusação, o presidente do Senado, o presidente do Supremo Tribunal Federal e especialistas em política. Uma questão que se apresenta neste caso é o fato de que, ao contrário dos impeachments abordados por Perez-Liñan (2007), diversas manifestações em defesa de Dilma Rousseff ocorreram nos dias 29, 30 e 31 de agosto de 2016. Em nenhum dos casos abordados pela CBN manifestantes ou líderes dos movimentos sociais foram ouvidos.

Tabela 1: Fontes e argumentos sobre o impeachment no CBN Rio

Crise econômica	Falta de apoio parlamentar	Mobilizações nas ruas	Escândalos midiáticos	Crime de responsabilidade
24%	28%	16%	19%	23%

Fonte: Cobertura do CBN Rio de 24 a 31 de agosto de 2016

A debandada de deputados do PMDB e do chamado “centrão” como falta de apoio parlamentar para a presidente se tornou um fator preponderante para a ampla maioria que votou pela saída do PT do poder. Algo que chama a atenção é a visibilidade para o argumen-

to da falta de habilidade da cúpula presidencial em formar um escudo legislativo (PEREZ-LIÑAN, 2007) no congresso. A maior parte das fontes (28%) ressaltou essa questão. Senadores do PPS, PMDB e do PSB usaram do argumento para defender a aprovação do impeachment.

¹Dados disponíveis em: <http://s.glbimg.com/pv/an/media/documentos/2015/06/25/CBNmai15.pdf>

²Dados disponíveis em: http://s.glbimg.com/pv/an/media/documentos/2016/10/27/Midia-Kit_CBN_set-16_25_Anos.pdf

Especialistas seguiram esse caminho ao afirmar que a continuidade do mandato era impossível pela ausência de governabilidade que exige o regime presidencial.

O nível de pluralidade e diversidade na cobertura pode ser visto a partir da distribuição dos tipos de fonte ao longo da semana. As fontes oficiais foram as mais ouvidas, em 78% dos casos, seguidas de especialistas com 10%, empresariais com 7%, populares (em participações de ouvintes via redes sociais) tiveram 3%, e institucionais e testemunhais 1% cada. Olhando para as posições declaradas pelas fontes, 59% do conjunto eram favoráveis ao impeachment, 26% contra e 15% apresentaram neutralidade.

Para entender as escolhas e os processos de seleção desempenhados durante a cobertura pelos jornalistas, os resultados são divididos pela relação com as fontes, a filtragem das informações e as formas utilizadas para reduzir o desequilíbrio entre fontes profissionalizadas e não profissionalizadas. Os entrevistados não serão identificados, assim como seus postos de trabalho, a fim de preservar as informações e suas relações dentro de cada empresa. Com base nos estudos do newsmaking sobre as rotinas de produção jornalística (TUCHMAN, 1983), é possível olhar para as formas de cobertura desempenhada durante o processo e a escolha das temáticas presentes nos dados da *CBN Rio* e destacados por Perez-Liñan (2007).

Os cinco jornalistas selecionados para as entrevistas trabalharam durante a última semana de cobertura no Congresso Nacional, palco dos acontecimentos. A figura do jornalista sentado (NEVEU, 2006) e ausente do local da ação (LOPEZ, 2010) era a realidade de profissionais responsáveis pela apuração de informações com especialistas dentro das redações, principalmente no eixo Rio-São Paulo, como afirmou um dos entrevistados. Outro detalhe é que a seleção das fontes, ou até mesmo da temática, era realizada por quem estava no Congresso, atuando também como um *gatekeeper*, o que evidencia uma especificidade deste processo no radiojornalismo.

A gente tem a liberdade de escolher, principalmente quando estávamos acompanhando, a gente entrevista quem está ali, não precisa ligar para o editor. Isso nos dá a liberdade de escolher na hora com quem eu vou falar. Só quando ocorrem matérias mais trabalhadas, que surgem fontes com indicação, caso de algum procurador. No caso do Congresso, eles gostam de falar, ainda mais sobre o impeachment. Eles geralmente são acessíveis, a não ser que ocorra um escândalo, mas isso é realizado de forma profissional. Nós tínhamos um equipamento no plenário para acompanhar as sessões, assim fora do ar buscávamos informações diretamente com os senadores (JORNALISTA 1).

O relato demonstra uma das crenças da comunidade interpretativa do jornalismo no tocante a liberdade de escolhas, sem um aprofundamento pelos constrangimentos organizacionais vivenciados no cotidiano da cobertura (BREED, 1999). O mesmo jornalista relatou que durante todo o período de cobertura do impeachment, os deputados procuravam ou agendavam, via assessoria, com a imprensa para realizar pronunciamentos. Nestes casos, eram evidenciados assuntos que fugiam ao objeto que estava sendo foco da ação contra a presidenta, mas sim sobre questões como a Operação Lava Jato e a recessão econômica. Durante os dias de trabalho, segundo o jornalista, as fontes buscavam filtrar determinados assuntos de interesse particular, principalmente no sentido de evidenciar o discurso favorável ao impeachment, na ótica do debate apresentado por Perez-Liñan (2007).

Nesta mesma situação, a Jornalista 2 destaca que o trabalho durante os dias da cobertura era de uma apuração dobrada pelo fato das fontes, como sujeitos institucionalizados, agirem estrategicamente para sensibilizar a imprensa. Esse mesmo ponto também corrobora com os dados que apresentam um alto número

de fontes oficiais na cobertura. Para o Jornalista 3, enquanto profissionais estavam posicionados para cobrir somente o impeachment, quem atuava nas redações tinha outras pautas para apurar para diferentes canais, o que impossibilitava uma discussão mais aprofundada sobre o assunto.

As fontes usam os jornalistas. Elas têm versões. Cabem aos jornalistas usar as fontes, bem no plural mesmo. Incluir ao menos dois lados deixa a reportagem mais distante do erro. Não necessariamente a alguns passos do acerto. Para mim, o sentimento de dever cumprido é mostrar que duas ou mais pessoas podem defender pontos de vistas com a mesma veemência ainda que contraditórios. Isso, para mim, é o mais perto do que temos da verdade. Há um pressuposto: fontes mentem. Esse é um cuidado que tem que se levar em conta. Como pessoas, fontes que mentem não podem ser confiáveis. Mas no trabalho, pouco importa que tipo de pessoas elas sejam. Claro, dentro das proporções cabíveis. Há a conduta da fonte e a conduta do jornalista. Somos responsáveis pela nossa e fim (JORNALISTA 2).

A busca de determinadas fontes, para a Jornalista 4, era recorrente em pessoas que centralizavam as informações, ou, como define o Jornalista 5, “a procura maior era por fontes com poder de tomar decisão ou com influência dentro de partidos e entre colegas”. Desta forma, a facilidade no trato com a imprensa, a profissionalização de assessorias para a relação com os profissionais da cobertura e a centralidade das ações levaram a uma lista dos mais ouvidos, segundo a Jornalista 4:

Eduardo Cunha, o ‘dono do processo’, Renan Calheiros, como revisor e comandante da casa que daria a sentença final, líderes de oposição como Aécio Neves e

Cássio Cunha Lima, líderes do governo e PT, Paulo Teixeira e Humberto Costa, líderes do governo e outros partidos, como Jandira Fegali do PCdoB, parlamentares do ‘centrão’, como Rogério Rosso (PSD) e Paulinho da Força (Solidariedade), além de tidos como imparciais, representados por Chico Alencar (PSOL) e Alessandro Molon (Rede) (JORNALISTA 4).

Todos os jornalistas colocaram a possibilidade de ouvir diferentes versões durante o julgamento a partir desta rede de contatos, principalmente com as facilidades no acesso às assessorias de imprensa. Algo que figura como normativo é o fato de ouvir os dois lados, ou, como afirma o Jornalista 5, “procuramos o equilíbrio e a abertura de espaço para diferentes correntes partidárias e ideológicas, o exemplo é ouvir sempre a oposição e a base governista”. Esta situação não é evidente nos dados da cobertura, o que impede a inserção de outras opiniões para além dos senadores, envolvendo diversos atores sociais durante a cobertura. A seleção das fontes não oficiais pelas redações passava por aspectos profissionais e dificuldades operacionais com a velocidade do fluxo informativo e a ausência de análises aprofundadas sobre o foco do processo que estava em votação.

Considerações finais

Os estudos sobre os impeachments na América Latina demonstram novos padrões de instabilidade política, diferente dos golpes militares que deixaram marcas profundas na história de países como o Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai. Como mostra Perez-Liñan (2010), há uma nova forma de juízo político que utiliza o processo institucional como arma para derrubar presidentes. Os dados da cobertura do *CBN Rio* e das entrevistas com os jornalistas radiofônicos que estiveram na cobertura mostram que a participação da imprensa vai além da exposição de escândalos midiáticos, como destacou o estudioso

argentino nos casos de 1990 a 2004.

Por outro lado, o estudo realizado na seleção das fontes para a cobertura evidencia a ação destes agentes na construção de sentido sobre determinadas temáticas sociais. A interpretação dos acontecimentos (RODRIGO ALSINA, 2009) desempenhada pelos parlamentares durante a cobertura, ou então de instituições empresariais como a Fiesp e a Fecomércio, foram exemplos em articular a necessidade da queda da presidente com possíveis melhorias na situação econômica do país. A presença de vozes populares não oficiais ou profissionalizadas que sejam dissonantes no processo, fora das defesas no Congresso Nacional, foi majoritariamente menor nas manifestações de apoio à permanência da presidenta Dilma no cargo, no qual os movimentos sociais presentes nas ruas não foram ouvidos.

O relato da Jornalista 4 também revela um paradoxo nos estudos sobre o crescimento do jornalismo sentado (NEVEU, 2006) e a seleção das fontes. No caso do impeachment, uma cobertura essencialmente no local dos acontecimentos com a disposição de equipes e estúdios montados no Congresso Nacional, a relação com os parlamentares não necessariamente deixava de acontecer via assessoria de imprensa. A profissionalização das fontes nesse sentido não atua

somente para subsidiar os jornalistas distantes do local ou impossibilitados de cobrir o espaço e o tempo (TUCHMAN, 1983) dos acontecimentos. Ao elencar os deputados e senadores mais ouvidos durante o processo como uma consequência direta das estruturas de comunicação dos parlamentares, a realidade de profissionalização demonstra influências diretas no processo de selecionar quem fala nos meios de comunicação, como no caso das emissoras de radiodifusão que cobriram o período.

Há, no radiojornalismo, um processo de seleção das fontes específico, diferente de outras plataformas midiáticas, como ressaltaram os jornalistas que participaram da cobertura. Neste sentido, os agentes sociais, promotores dos acontecimentos evidenciaram a irrelevância do crime de responsabilidade utilizado para abrir o processo. Como característica no mundo político, as fontes acionaram temáticas específicas, algo que no campo da política é voltado para as instituições oficiais envolvidas e seus representantes. Neste mesmo sentido, na ação destas vozes, o “contexto da obra” serviu de base para articular os argumentos e garantir discursos que levantassem a sensação de crise econômica, a ausência de apoio ao governo no parlamento, os escândalos (principalmente os casos da Lava Jato) e as mobilizações das ruas em 2015 e 2016.

Referências

- BREED, Warren. Controle social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.
- BRUNS, Axel; HIGHFIELD, Tim. From news blogs to news on Twitter: gatewatching and collaborative news curation. In: COLEMAN, Stephen; FREELON & Deen (Orgs.). **Handbook of digital politics**. Northampton: Edward Elgar, 2015.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus Editorial, 1994.

COLEMAN, Stephen; FREELON, Deen. Introduction: conceptualizing digital politics. In: COLEMAN, Stephen; FREELON & Deen (Orgs.). **Handbook of digital**

politics. Northampton: Edward Elgar, 2015.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FERRARETTO, Luiz A. **Rádio**: Teoria e prática. 1. ed. São Paulo: Summus, 2014.

GASKEL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKEL, G. (orgs.). In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guarechi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HALL, Stuart et al. (1999). A produção social das notícias: o mugging nos mídia. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e mídias sociais**: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LOPEZ, Débora Cristina. **Radiojornalismo hipermidiático**: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica. Covilhã: UBI/LabCom Books, 2010.

LUCHESI, Lila. Juego de manos, juego de villanos: la mediatización de las fuentes em la construcción de la información. In: LUCHESI, Lila; VIDELA, Luciano (orgs.). **Desafíos del periodismo en la sociedad del conocimiento**: discusiones a partir del Tercer Seminario Brasil-Argentina de Pesquisa en Jornalismo, Bapijor. Viedma: Universidad Nacional de Río Negro, 2016.

MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. **Visibilidade na mídia e campo político no Brasil**. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 53, n. 3, 2010.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. A notícia como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

PEREZ-LIÑAN, Aníbal. **Presidential impeachment and the new political instability in Latin America**. Cambridge University Press, 2007.

PINTO, Manuel. **Fontes jornalísticas**: contributos para o mapeamento do campo. In Comunicação e Sociedade, 2000. Braga: Vol. 14 (1-2), p. 277-294, Universidade do Minho.

PORTO, Mauro. **Televisão e política no Brasil**: a Rede Globo e as interpretações da audiência. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RODRIGO ALSINA, M. **A construção da Notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SCHMITZ, Aldo A. **Fontes de notícias:** ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011

SHOEMAKER, Pamela J., VOS, Tim P. **Teoria do gatekeeping:** seleção e construção da notícia. Porto Alegre: Editora Penso, 2011.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** Tradução: Milton Camargo Mota. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

SCHUDSON, M. **Descobrimo a Notícia:** Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

THURMAN, Neil. Journalism, gatekeeping and interactivity. In: COLEMAN, Stephen; FREELON & Deen (Orgs.). **Handbook of digital politics.** Northampton: Edward Elgar, 2015.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia:** estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gili, 1983.]

TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo:** questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999.

ZELIZER, B. **Taking Journalism Seriously.** Thousand Oaks: Sage, 2004.